

## A CULTURA MATERIAL NAS ESCOLAS DE APRENDIZES MARINHEIROS: OS LIVROS DO APRENDIZ MARINHEIRO (1889-1906)

Shairany Arias Palombo Sonntag\*  
Azemar dos Santos Soares Junior\*\*

### *Introdução*

Quando a intenção é trabalhar com cultura material escolar é preciso ter em mente, segundo Rosa Fátima de Souza (2007), que uma das principais questões neste campo de pesquisa é a busca constante pelo papel desempenhado por determinado objeto no processo educacional. Quando a intenção é trabalhar com a análise de livros didáticos é importante atentar-se a uma espécie de armadilha que essa fonte traz consigo. Ana Galvão e Antônio Batista (2008), mencionam que “[...] um dos maiores riscos das pesquisas que o analisam não o tomando em sua transparência, [...], é de realizar um trabalho de natureza predominantemente descritiva” (GALVÃO; BATISTA, 2008, p. 168). Se a descrição de tais materiais ao mesmo tempo que é fundamental também pode se tornar uma emboscada, os caminhos para essa análise são, de certa forma, ampliados.

Assim, ao escolher o Livro do Aprendiz Marinheiro (1889) volume I e volume II como objeto desta análise, diversos caminhos poderiam ser percorridos para que no final resultasse em uma narrativa da história das Escolas de Aprendizes Marinheiros. No entanto, para este artigo o trajeto escolhido foi o de atentar-se para cultura material escolar. Neste contexto, o livro didático, Conforme Kazumi Munakata (2016), é uma parte da cultura material da escola que é de certa forma peculiar. No entanto, a sua existência é justificada tão somente na e pela escola. Dessa forma, o autor acredita que antes de qualquer coisa “[...] o livro didático é o portador dos saberes escolares [...] é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p. 123).

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN, na linha de Educação, Estudos Sócio-históricos e filosóficos. Pesquisa financiada pela CNPQ.

\*\* Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em História. Mestre em História. Doutor em Educação. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG).

Logo, ao atentar-se para o Livro do Aprendiz Marinheiro, é possível notar que o conteúdo presente no material estava de acordo com o Decreto n. 9.371 de 1885. Isso significa que talvez a primeira definição que pode-se dar para o Livro do Aprendiz Marinheiro, seja a de ser o material detentor do saber escolar nessas escolas durante a transição do Império para a República. Embora a história dessas escolas seja longa, este artigo tem como recorte temporal o período entre 1885 e 1906. Tal escolha se deu pelo Decreto n. 9.371 de 1885 que ordenou as diretrizes do ensino nas Escolas de Aprendizes Marinheiros até o ano de 1906, quando o Decreto de nº 6.234 de 14 de novembro de 1906, entrou em vigor. Sendo assim, esses materiais didáticos estão divididos entre o ensino elementar e o ensino profissional, como ordenava o decreto referente ao ano de 1885. No que diz respeito ao primeiro volume do Livro do Aprendiz Marinheiro, estão presentes aproximadamente duzentas e quarenta e cinco (245) páginas dedicadas ao ensino elementar e no segundo volume, são cerca de duzentos e sessenta (260) páginas que tratam do ensino profissional e o ofício do aprendiz marinhaio.

Portanto, é importante ressaltar que, conforme André Chervel (1990, p. 178), o termo disciplina e a expressão disciplina escolar até o fim do oitocentos designava apenas a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais a sua boa ordem, e que até os anos de 1930, não se podia entender o termo disciplina no sentido de conteúdos escolares. Portanto, embora a disciplina enquanto proposta de regramento esteja presente em todos os aspectos que envolvem poder na instituição, nos dedicamos neste trabalho ao entendimento das disciplinas escolares enquanto conteúdo. A documentação da Escola de Aprendizes Marinheiros faz referência à existência de Matérias Escolares, que hoje chamamos de disciplinas escolares.

Esses livros foram projetados para uma instituição de ensino militar. As Escolas de Aprendizes Marinheiros funcionavam em sistema de internato e dentre os seus interesses tinha como arremeter menores desvalidos em situações de vulnerabilidade social para compor o quadro de aprendizes. Muitas dessas crianças eram encaminhadas à escola através dos juizes de órfãos ou chefes de polícia. É preciso ressaltar também que ocorriam as matrículas por meio dos pais e tutores. Uma vez dentro da escola, os aprendizes passavam por uma rotina rigorosa tecida pela disciplina. Logo, toda a educação dentro dessa instituição era voltada para transformar aqueles meninos em marinheiros capazes de defender a Pátria. Dessa forma, o programa de ensino, as matérias escolares, os funcionários e professores que compunham a trajetória de cada aprendiz, todos tinham seu lugar e seus papéis definidos para que o propósito principal fosse cumprido com eficácia.

Portanto, este artigo busca utilizar-se do suporte da História Cultural, para pensar os tipos de ensinamentos propostos para a formação de marinheiros. Quando Sandra Pesavento (2008) discorre sobre a tarefa do historiador, a autora esclarece que esse profissional é aquele que se vale da retórica, que tem o desejo de reconstruir parte do passado, esse passado que pode ter múltiplas versões. Através do Livro do Aprendiz Marinheiro, será possível conhecer mais sobre o ensino nas Escolas de Aprendizes Marinheiros.

### *Páginas de uma cultura material escolar*

As primeiras palavras do Decreto que controlou as Escolas de Aprendizes Marinheiros entre 1885-1906, referiam-se ao objetivo da instituição, o de educar para os serviços da Marinha Imperial: “[...] as Escolas têm por fim educar e preparar marinheiros para os diversos serviços da Marinha Imperial” (Decreto nº 9.371 de 14 de fevereiro de 1885). No decorrer do documento encontra-se os detalhes de como isto deveria ser feito. Luciano Mendes de Faria Filho (1998) ao dissertar sobre as relações entre a legislação e a escola, menciona como os conjuntos de leis estabelecidos numa sociedade são ações fundadoras de produtos, artefatos e dispositivos. Neste caso, é possível pensar que um dos artefatos ao qual o Decreto n. 9.371 publicado em fevereiro de 1885 estabeleceu, foi o Livro do Aprendiz Marinheiro.

Todavia, o Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885 não ordenou a criação do Livro do Aprendiz Marinheiro nem de qualquer outro material didático. Ou seja, não há no documento, nenhum artigo referente a este assunto. No entanto, a semelhança entre o que está presente no regulamento referente ao ensino e as matérias a serem ensinadas aos aprendizes, é semelhante com a criação dos livros posteriormente.

Portanto, uma boa forma inicial de análise dos livros proposta por esta pesquisa, seja, antes de tudo, iniciarmos com o decreto. O primeiro, o Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885, documento este que vigorava quando os dois volumes do Livro do Aprendiz Marinheiro foram publicados. Em seguida foi posto o Decreto n. 6.234 de 14 de novembro de 1906 que revogou o anterior. Não é por acaso que os dois documentos coincidem com o recorte temporal deste trabalho. Visto que, os anos de 1885 até 1906 compreendem quase duas décadas em que o programa de ensino da Escola de Aprendizes Marinheiros quase não sofreu alteração. Esse programa de ensino condiz com os conteúdos presentes nos Livros do Aprendiz Marinheiro, o que já não ocorre na promulgação do Decreto n. 6.234 de novembro de 1906. Por isso, este artigo apresenta apenas as leis das Escolas de Aprendizes Marinheiros referentes a 1885.

No que é referente às matérias do ensino elementar, o mesmo que encontra-se no Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885 encontra-se também no Livro do Aprendiz Marinheiro. Essas matérias eram as seguintes:

*1ª Leitura de manuscritos e impressos; 2º Calligraphia; 3º Rudimentos da grammatica portugueza; 4º Doutrina christã; 5º Principios de desenho linear e confecção de mappas regimentaes; 6º Noções elementares de geographia physica, principalmente no que diz respeito ao litoral do Brazil; 7º Pratica sobre operações de numeros inteiros, fracções ordinarias e decimae; conhecimento prático e applicação do systema metrico (BRASIL, 1885).*

Portanto, de acordo com o documento, havia sete matérias que faziam parte do programa de ensino que compunha o ensino elementar dos aprendizes marinheiros. Conforme a autora Rosa Fátima de Souza (2000), o currículo das escolas primárias brasileiras no XIX, eram fundamentados principalmente no ensino da leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã. No entanto, segundo a autora, com as renovações dos programas educacionais a partir de 1870, os currículos passaram a dar espaço a outros tipos de conteúdos, como a ciências, os valores morais e cívicos e saberes instrumentais para o trabalho. Nota-se que no Decreto n. 9.371 de 1885 das Escolas de Aprendizes Marinheiros, as matérias do ensino elementar envolviam predominantemente os ensinamentos voltados a alfabetização, como leitura, gramática e aritmética.

Entretanto, percebe-se também a presença de outros ensinamentos que envolvem questões morais e religiosas, como o ensino de Doutrina Cristã, bem como, a matéria de Desenho Linear, voltado para o ensino profissional. À créditos de Rui Barbosa, o desenho foi considerado pelo autor “[...] como uma das matérias fundamentais do programa da escola elementar e recebeu um destaque especial” (SOUZA, 2000, p. 17). Este destaque fez com que o desenho fosse “[...] ressaltado como fonte de riqueza, como elemento essencial a prosperidade” (SOUZA, 2000, p. 18). Talvez tenha sido esse pensamento que ocasionou a relação entre o ensino do desenho com o trabalho.

Já no tocante ao segundo volume do Livro do Aprendiz Marinheiro, este visava adentrar nas matérias do ensino profissional dos aprendizes marinheiros. Isto é, as matérias que tratavam especificamente do ofício do aprendiz marinheiro. O ensino profissional compreendia as seguintes matérias:

*1º Apparelho e nomenclatura completa de todas as peças de architectura do navio; 2º Nomenclatura das armas de fogo em geral; 3º Nomenclatura e uso dos reparo de artilharia; 4º Exercicios de infantaria, começando pela escola do soldado até a do pelotão; 5º Exercicios de bordejar e remar em escaleres; 6º Construcção graphica da roza dos ventos, conhecimento dos rumos da agulha, pratica de sondagem; 7º Em geral, todos os conhecimentos praticos necessarios afim de serem depois desenvolvidos no tirocinio da profissão pelo imperial marinheiro (BRASIL, 1885).*

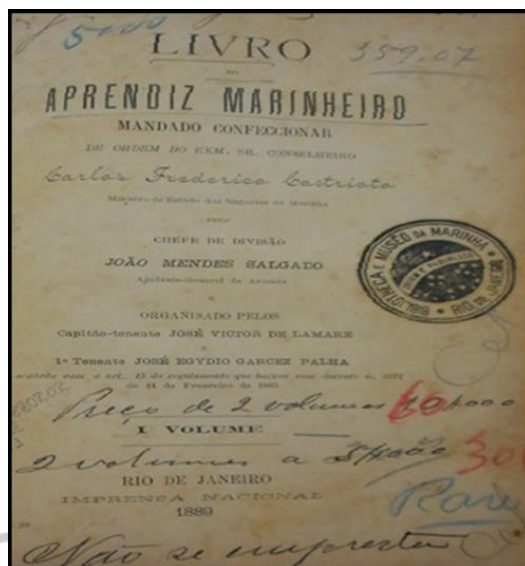
Observa-se que esses conteúdos eram centrados no ofício do aprendiz marinho, sendo necessário estudar sobre os navios, as armas, os exercícios de artilharia e infantaria. Por isso, nas páginas que decorrem o volume II do Livro do Aprendiz Marinho, é possível deparar-se com diversos desenhos e imagens relacionadas com este universo naval. Além disso, o último conteúdo descrito no documento para o ensino profissional, é caracterizado por ser mais abrangente de forma que incluía tudo aquilo que julgarem necessário para a profissão de imperial marinho.

Analisar os conteúdos e matérias programadas para a Escola de Aprendizes Marinheiros, bem como no Livro do Aprendiz Marinho é indispensável. Conforme André Chervel (1990), “[...] os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *suigeneris*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola” (CHERVEL, 1990, p. 180). Logo, tudo aquilo que é pensado para ser ensinado na escola na forma de conteúdos, está relacionado com a própria escola. Por isso a relevância de se pesquisar o contexto dessas escolas, por pensar no Livro do Aprendiz Marinho como algo próprio dessa instituição, construído a partir de marinheiros para futuros marinheiros.

Discutido a respeito da legislação das Escolas de Aprendizes Marinheiros em 1885, no que se refere aos conteúdos programados para essa instituição de ensino, faz-se necessário partir para as páginas do Livro do Aprendiz Marinho. Dito isso, iniciamos pela capa do livro, que pode nos trazer informações importantes. Conforme a imagem abaixo, podemos ver que o livro foi mandado confeccionar por ordem do Exmo. Sr. Conselheiro Carlos Frederico Castrioto, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha e pelo chefe de divisão João Mendes Salgado, ajudante e general da armada.

A capa também mostra que o livro foi organizado pelo capitão tenente José Victor de Lamare e o primeiro tenente José Egidio Garcez Palha. Esses dois autores, possuíam certa ligação com a escrita de materiais de ensino, o que pode ter colaborado para que fossem escolhidos como organizadores para esse material. Abaixo dessa informação, em letras bem pequenas, é possível ler a afirmação de que o livro estava de acordo com o Art. 15 do Decreto n. 9.371 de 14 de fevereiro de 1885. Este artigo, aborda as matérias que eram oferecidas no ensino elementar e profissional nas Escolas de Aprendizes Marinheiros. Após essas informações, os próximos elementos desta capa são que aquele material era o primeiro volume, produzido no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional no ano de 1889. Vejamos a imagem abaixo:

Imagem 1 – Capa do Livro do Aprendiz Marinheiro Volume I



Fonte: (Livro do Aprendiz Marinheiro, 1889)

A capa do segundo volume segue o mesmo modelo, o que muda entre os exemplares são as matérias e os conteúdos. Ao direcionar o olhar para um artefato que compõe a cultura material de uma escola, como por exemplo, um livro didático, é preciso atentar-se para o detalhe de que tal objeto traz consigo muitos saberes. Se o Livro do Aprendiz Marinheiro tem em uma das suas dimensões o compromisso com a educação militar, é possível pensar que neste período, parte dessa formação era religiosa. Isso significa dizer que aqueles que almejavam a carreira naval deveriam ser doutrinados pelas normas da Igreja. A exemplo, Rozenilda de Castro Silva (2017, p. 151-152) explica como a formação religiosa se deu na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí:

*[...] na Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí, a religião católica esteve presente durante todo o Império oficialmente no ensino da doutrina cristã e na figura do capelão para ministrar, em um primeiro momento, o ensino elementar e, em um segundo, a educação religiosa. Na primeira década de funcionamento da Escola, os contos bíblicos eram usados como livro de leitura. Foram encontrados vários Ofícios do Ministério dos Negócios da Marinha encaminhando esse material ao presidente da província para a formação dos menores, como neste exemplo, do Ofício n. 2149, de 9 de agosto de 1875: “[...] tenho a honra de remetter a V. Exa. 12 exemplares dos Contos Bíblicos a fim de servirem na aula respectiva para a leitura e ensino dos Aprendizes Marinheiros dessa província”.*

Tal formação religiosa, no que diz respeito aos livros didáticos, encontra-se na sobretudo na matéria de “Doutrina Christã”, que está presente no primeiro volume do material. É possível perceber elementos desta doutrina percorrendo por outras páginas, principalmente nos textos de leitura que estão presente na obra. Ainda segundo Rozenilda Silva (2017) além da matéria de



“Leitura” e “Doutrina Christã” que podemos ter contato com o Livro do Aprendiz Marinheiro, em 1875 os contos bíblicos eram usados como livros de leitura. Outro aspecto importante que a autora afirma, é o de que essas matérias eram ministradas por um Capelão. Portanto, os aprendizes marinheiros eram ensinados pelos próprios representantes da Igreja Católica que atuavam na Marinha do Brasil a ser um bom cristão. De forma que eles eram orientados a adorar somente a Deus submetendo-se, sem reclamar, as situações más que enfrentariam durante a vida.

Quanto a este ponto, Alain Choppin (2004) explica que o livro didático não é um instrumento isolado na educação, ele coexiste com outros materiais que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Assim, esse conjunto de instrumentos acabam por estabelecer relações entre si, de forma que o livro não possua então uma existência independente. Dessa forma, o autor conclui que “[...] enfim, é preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações” (CHOPPIN, 2004, p. 553-554). Por isso, pode-se levar em conta que o Livro do Aprendiz Marinheiro possivelmente coexistiu com outros materiais, incluindo contos bíblicos.

Sendo assim, observa-se no decorrer da obra, principalmente no seu primeiro volume, que os conteúdos que a compõem em muitos aspectos, ressalta uma determinada moral a qual o aprendiz deveria ter. A partir disso, é possível pensar que a referida obra trazia consigo não apenas os conhecimentos que envolviam as matérias do ensino elementar, mas também princípios para estabelecer um padrão de personalidade. Esses preceitos, não estão expostos de forma direta, no entanto encontram-se nas entrelinhas do livro, sobretudo nos textos de leituras. Laelson Vicente Francisco (2022), afirma que a educação nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, era pautada por uma rígida disciplina, o que resultaria no adestramento dos corpos daqueles menores. Para o autor,

*[...] os processos educativos e disciplinadores, aplicados no chão da Escola de Aprendizes Marinheiros no Rio Grande do Norte, a exemplo das demais escolas, deveriam seguir o que estava posto nos documentos oficiais que regiam as práticas educativas da casa, sendo compreendidos como uma forma de adestramento dos corpos, através das regras e das ordens estabelecidas, mesmo que para tal efeito se fizesse necessário o uso dos castigos e das punições (FRANCISCO, 2022, p. 134).*

No livro encontra-se diversos exemplos que mostram o quanto a disciplina era demasiadamente enaltecida. No trecho transcrito abaixo pode-se percebê-la como algo essencial na vida de um aprendiz marinheiro. O texto é referenciado pelo livro como Francesco Colombo, portafoglio del marino, que está transcrito abaixo:

*[...] a disciplina é necessária na família, na escola, no exército, na marinha, em terra e abordo. Quem não se habitua a observar a disciplina é desgraçado e incorre em castigos que facilmente poderia ter evitado: ninguém deseja perto de si um homem que não sabe submeter-se às prescrições disciplinares. Ser bom e disciplinado é um dever, mais do que isso, é uma necessidade para todos, paizanos ou militares, homem de terra ou de mar (LIVRO DO APRENDIZ MARINHEIRO, 1885, p. 16).*

Dessa forma, o texto explica que aqueles que não possuíam disciplina eram considerados desgraçados, e como consequência, seriam castigados. Portanto, o Livro do Aprendiz Marinheiro, compunha parte significativa da cultura material das Escolas de Aprendizes Marinheiros. Não apenas foi feito com a intenção de ensinar as matérias necessárias para o ofício de um marinheiro, bem como foi planejado para inculcar um determinado modo único de ser. Essa obra conta um pouco da história dessas instituições militares que formavam futuros homens para o mar.

Por conseguinte, ao analisar os livros escolares, analisa-se em conjunto um estipulado projeto de educação. “Assim, livros escolares não teriam uma história própria; sua história não seria senão a expressão das políticas a eles dirigidas, e elas mesmas, por sua vez, nada mais seriam que a expressão de uma outra história” (GALVÃO; BATISTA, 2008, p. 164). Essa outra história tem em suas linhas as mudanças estruturais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.. Por isso, o historiador que pesquisa sobre livros didáticos não escrevem uma história particular e isolada dessas obras, mas sim “[...] a história de um tema, de uma noção, de um personagem, de uma disciplina, ou de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia particular” (CHOPPIN, 2004, p. 554). Neste caso, o projeto era o de formar futuros marinheiros submissos às ordens da Marinha.

### ***Considerações Finais***

O Livro do Aprendiz Marinheiro (1889) foi um material didático que compusera a cultura material nas Escolas de Aprendizes Marinheiros. Foi assim, um material portador dos saberes escolares dessas instituições de ensino. A escolha de analisar a obra a partir da cultura material se deu sobretudo pelo livro didático também ser “[...] coisa, livro não é apenas um conjunto de ideias, valores, sentimentos. É também algo que se vê, que apresenta uma visualidade que precisa ser decodificada” (MUNAKATA, 2016, p. 133). Sendo assim, a obra por ser algo tangível, material, faz parte tanto da cultura escolar como da cultura material.

Vale ressaltar que muito para além de ensinar os conteúdos referentes ao ensino profissional e elementar, o Livro do Aprendiz Marinheiro trazia consigo o ensino de uma moral para qual os aprendizes deveriam possuir. Circe Bittencourt (2008), ao estudar sobre as possíveis



proximidades da legislação brasileira com a confecção dos livros didáticos, notou o forte interesse do Estado na produção desses materiais. Para essa autora, “[...] o estado liberal brasileiro, ao incorporar os discursos sobre a disseminação do saber letrado, temia os perigos do texto escrito, especialmente daquele que necessariamente estaria ao alcance de um número considerável de jovens e crianças.” (BITTENCOURT, 2008, p. 53). Mas para além disso, a autora continuou mostrando evidências de que para as autoridades governamentais não era suficiente definir as normas para a elaboração desses materiais. Dessa forma, não só a Marinha estava presente a cada matéria e conteúdo que compõe o livro, bem como o Estado imperial brasileiro, também exercia essa influência. Portanto, foi uma obra produzida pela Marinha para os aprendizes marinheiros, inculcando valores e perpetuando a cultura escolar estipulada nas Escolas de Aprendizes Marinheiros no final do XIX.

### *Referências*

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 239 p.
- BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1885. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886.
- \_\_\_\_\_. Índice dos actos do poder executivo 1906. v. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6234-14-novembro-1906-502767-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 jun.2022
- CASTRO, Rozenilda. *A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba*. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.
- CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, A. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa – FEUSP, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549- 566, set./dez. 2004.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998b, p. 89- 125.
- FRANCISCO, Laelson Vicente. “Um viveiro de competências e abnegações”: a formação do marinheiro na Escola de Aprendizes Norte-Rio-Grandense (1933-1941). 2022. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive, FONSECA, Thaís Nívea (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008, p. 161-188.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *História da Educação*, v. 20, n. 50, 2016, p. 119-138.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos-Cedes*, Campinas, v. 20, n.51, nov. 2000.

